

Editorial

Revista Educação (v. 42, n. 1, 2019)

ANDREIA MENDES DOS SANTOS 

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.



Prezados leitores:

Nosso último editorial (*Educação*, v. 41, n. 3, 2018), assinado pelo Editor Associado, professor Dr. Marcos Villela Pereira, remetia ao signo da incerteza na chegada do final do ano de 2018 (VILLELA, 2018). Naquele momento pairavam ainda, questionamentos acerca do futuro do exercício da democracia, especialmente no Brasil. É certo que nos mais 40 anos de existência da revista *Educação*, muitos desafios foram pautados em suas edições e em diferentes espaços de socialização do conhecimento, não menos relevantes.

No ano de 2019, nosso cotidiano enquanto cidadãos e, em especial como professores e pesquisadores, é adensado por um projeto que tenta creditar à educação o descrédito de sua identidade de formação e enquanto campo científico e área do conhecimento. De acordo com Jose Machado Pais, “o cotidiano – costuma-se dizer – é o que se passa todos os dias: (...) o cotidiano seria o que no dia-a-dia se passa quando nada se parece passar” (2002, p. 30). Ora, nesse processo, o que vem sendo atacado é a democracia e os princípios básicos do direito dos cidadãos.

Educação ocorre no cotidiano, pois esse é o fio condutor do conhecimento, onde as interrelações que ali ocorrem, de forma rotineira ou em imprevistos e contratempos, conjugam a historicidade, as ritualidades e as crenças vigentes, desvelando culturas plurais que comungam nas sociedades, nem sempre em hegemonia e exigindo uma permanente negociação, em um claro exercício de democracia.

A educação é assim: hegemônica, plural, garantia de espaços em que a diversidade e a heterogeneidade dos sujeitos pode ser compartilhada em um movimento que emerge da interação entre os sujeitos aprendentes e ensinantes. Neste sentido a posição de Vygostky segue extremamente contemporânea e progressiva, concebendo o desenvolvimento humano como um processo dinâmico, aberto, sistêmico e flexível, contextualizado das atividades cotidianas e práticas no mundo (STETSENKO; SELAU, 2018).

Somos a favor da educação e lutamos por ela! Não podemos esquecer que essa luta é antiga e marcada por contradições e vulnerabilidades; mas que, nessa seara, tivemos avanços que necessitam ser garantidos. É bom lembrar que, desde 1988, com a Constituição Federal, o atendimento às crianças de zero a 6 anos de idade tornou-se dever do Estado; que pela LDB (Lei nº 9.394/96), a Educação Infantil passou a ser considerada como 1ª etapa da educação básica e que, desde 2013, com a Lei nº 12.796 convoca-se a obrigatoriedade à matrícula de crianças a partir dos 4 anos em escolas infantis. Educação é ato político, pois é uma explícita posição que possibilita ao sujeito sua inserção social.

O que se deseja, neste texto introdutório da revista *Educação* é marcar o argumento da legitimidade dos processos que se fazem por meio da educação. Entre outros, nos vemos frente à eminente aprovação da educação domiciliar e do crescimento vertiginoso do ensino a distância no País. Tais modalidades significam o empobrecimento da aprendizagem, interrompem processos interativos dos sujeitos nas diferentes etapas do ciclo de vida.



A escola (nos diferentes níveis) é lugar de aprendizagens que se constituem a partir de práticas pedagógicas e de uma estrutura ensinante complexa. Nas ambulâncias cotidianas na escola o sujeito se desenvolve e sua inserção social ocorre quando (e se) se busca tornar a “sociedade toda um lugar viável para a convivência entre pessoas de todos os tipos e condições na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades” (SASSAKI, 2003, p. 3).

Esse número da nossa revista é dedicado à política adotada pelo Conselho Editorial, que se volta às submissões de fluxo contínuo. Nossa observação é de que a pluralidade dos artigos submetidos à revista *Educação* apontam a diversidade da educação, justificando investimentos na área e não cortes. Entendemos que um periódico acadêmico deve posicionar-se e comprometer-se de forma ativa e responsável com a comunidade científica.

Boa Leitura.

REFERÊNCIAS

PAIS, Jose Machado. **Vida cotidiana**: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez: 2003.

SASSAKI, R. K. Inclusão Social: uma questão de políticas públicas. SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE LIMEIRA SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, I., 24 set. 2003, Limeira, SP. Disponível em: www.ceset.unicamp.br/.../Panorama%20Geral%20da%20Inclusão%20Social.doc. Consultado em: 21 jan. 2019.

STETSENKO, Anna; SELAU, Bento. A abordagem de Vygotsky em relação à deficiência no contexto dos debates e desafios contemporâneos: Mapeando os próximos passos (Apresentação para a “Edição Especial – a Defectologia de Vygotsky”). **Educação** (Porto Alegre), v. 41, n. 3, p. 315-324, set.-dez. 2018. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/ojs/index.php/faced/article/view/32668/17610>. Consultado em: 11 jan. 2019.

VILLELA, Marcos Pereira. Editorial. **Educação** (Porto Alegre), v. 41, n. 3, p. 313-314, set.-dez. 2018. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/scientiamedica/ojs/index.php/faced/article/view/32667/17609>. Consultado em: 20 dez. 2018.

Recebido em: 31/12/2018.

Aprovado em: 12/1/2019

Publicado em: 30/04/2019

Endereço para correspondência:

Andreia Mendes dos Santos
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Escola de Humanidades – Programa de Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681– Prédio 15/383
90619-900, Porto Alegre, RS, Brasil

Autora:

ANDREIA MENDES DOS SANTOS
Doutora em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3977-5167>
E-mail: andreia.mendes@pucrs.br